COMISSÃO DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO NA VI CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA - SOBRE2026

SOBRE ESTE DOCUMENTO

Este documento reúne os princípios, diretrizes, metas e indicadores elaborados pela Comissão de Diversidade e Inclusão da VI Conferência Brasileira de Restauração Ecológica (SOBRE 2026). Seu objetivo é orientar de forma transversal a incorporação da diversidade, equidade e acessibilidade em todas as etapas e espaços do evento, promovendo coerência entre discurso, práticas e governança do congresso, além de estabelecer parâmetros e recomendações para esta edição e futuras.

SOBRE A COMISSÃO

A Comissão de Diversidade e Inclusão foi criada para assegurar que a SOBRE 2026 reflita seus princípios de justiça socioambiental, participação equitativa e valorização da pluralidade de conhecimentos. Como a restauração ecológica envolve diferentes territórios, comunidades e saberes, a falta de diversidade na organização e na programação pode gerar desigualdades e comprometer a legitimidade do evento. A comissão buscará enfrentar de forma estruturada os desafios comuns em grandes conferências, como barreiras de acesso, baixa representatividade, discriminação e problemas de acessibilidade, evitando que essas questões sejam tratadas de modo superficial. Essa comissão estabelecerá uma interlocução permanente com as demais comissões e com a organização da conferência, garantindo uma atuação integrada que fortaleça uma abordagem estratégica, contínua para promover equidade em todas as etapas do evento.

Especificamente, fazem parte do escopo de atuação desta comissão:

- Orientar e apoiar a incorporação transversal da diversidade e da equidade na Conferência;
- Articular-se com a comissão organizadora, científica e as demais comissões;
- Contribuir para a coerência entre discurso, práticas e ambientes da Conferência;
- Apoiar a tradução dos valores institucionais da SOBRE em diretrizes práticas para o evento voltadas à diversidade.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA COMISSÃO

1. **Diversidade como valor estratégico para a restauração ecológica**
   Reconhecemos que a diversidade de gênero, orientação sexual, raça/etnia, geração, pessoas com deficiência e neurodivergência, origens territoriais, trajetórias profissionais e saberes é central para a qualidade, a legitimidade e a escala da restauração ecológica no Brasil.

2. **Equidade para garantir a participação de todas as pessoas**
   Entendemos que promover equidade significa reconhecer desigualdades históricas e

estruturais e adotar medidas ativas para garantir condições reais e justas de participação, representação, fala e tomada de decisão nos espaços da Conferência. Isso inclui reconhecer que Povos Indígenas, Quilombolas, Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PIQCTAFs), que historicamente desempenham papel central na conservação e restauração dos ecossistemas, são, muitas vezes, excluídos dos debates, da governança e da produção de conhecimento.

3. **Ambientes seguros, respeitosos e livres de discriminação**
   A Comissão se orienta pelo repúdio absoluto a qualquer forma de discriminação, assédio, violência simbólica ou física, incluindo práticas sexistas, racistas, LGBTQIA+fóbicas, etaristas ou capacitistas, entendendo que ambientes inseguros enfraquecem pessoas, coletivos e a própria agenda da restauração.

4. **Escuta qualificada e valorização da pluralidade de vozes**
   Reconhecemos que a diversidade não se expressa apenas pela presença, mas também pela escuta ativa, tomada de decisão e reconhecimento das contribuições de diferentes pessoas e grupos, respeitando tempos de fala, evitando interrupções, julgamento e assegurando visibilidade a vozes historicamente silenciadas. A Comissão também adota os princípios da Comunicação Não Violenta, promovendo interações baseadas em respeito, empatia e clareza, de modo a fortalecer relações e ambientes que valorizem o diálogo construtivo e a inclusão.

5. **Integração entre justiça climática e restauração ecológica**
   Entendemos que a restauração de ecossistemas deve caminhar junto com a promoção da justiça social e dos direitos humanos, reconhecendo o protagonismo de mulheres, juventudes, Povos Indígenas e Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PIQPCTAFs) como elemento central para enfrentar desigualdades sociais e a degradação ambiental, processos historicamente interligados e territorializados.

Realização: Comitê Diversidade e Inclusão SOBRE 2026

Co-Coordenação: Juliana M. de Almeida Rocha e Luana Carvalho

Revisão: Amanda Fernandes, Ana Claudia Costa Destefani, Anabele S. Gomes, Beatriz Murer, Fabrícia Santarém, Henrique Marques, Isabel B. Schmidt, Jaine Cubas, Ludmila Pugliese, Laura Aluotto, Matheus Rezende, Natanna Horstmann, Nieiriel Terena e Solange Ikeda